

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Bruno da Silva Conceição

**AS DIMENSÕES DO VOTO RETROSPECTIVO:  
Análise comparada dos mandatos consecutivos do PT nas  
cidades de Gravataí (1997-2012) e de Porto Alegre (1989-2004)**

Porto Alegre  
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Bruno da Silva Conceição

**AS DIMENSÕES DO VOTO RETROSPECTIVO:  
Análise comparada dos mandatos consecutivos do PT nas  
cidades de Gravataí (1997-2012) e de Porto Alegre (1989-2004)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Sociais do curso de Ciências  
Sociais da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul.

Orientador: **Prof. Dr. André Luiz  
Marenco dos Santos**

Porto Alegre  
2011

Bruno da Silva Conceição

**AS DIMENSÕES DO VOTO RETROSPECTIVO:  
Análise comparada dos mandatos consecutivos do PT nas  
cidades de Gravataí (1997-2012) e de Porto Alegre (1989-2004)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. André Luiz Marengo dos Santos (Orientador)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Silvana Krause

---

Prof. Manoel Caetano de Araujo Passos

## **AGRADECIMENTO**

**Agradeço ao meu orientador André Marengo e aos demais professores da graduação pelo incentivo a reflexão neste início de trajetória acadêmica.**

**Quero agradecer também aos vários colegas que compartilharam comigo conhecimento, discussões, conversas descontraídas, etc. dentro e fora da sala de aula.**

**A minha querida amiga Lucia Vidal pela leitura atenta e crítica desse trabalho cuja ajuda foi inestimável para sua conclusão.**

**Aos meus familiares pelo apoio e paciência com que me aguentaram nesse período.**

**Mais do que nunca vejo que a produção de conhecimento científico sempre é coletiva.**

## RESUMO

Este estudo consiste em fazer uma pesquisa comparada dos mandatos consecutivos do Partido dos Trabalhadores (PT), nas cidades de Gravataí (1997-2011) e de Porto Alegre (1989-2004). Propõe-se aqui discutir uma visão detalhada do voto medindo a influencia de componentes institucionais que constrangeriam a escolha dos representados em critérios retrospectivos ideológicos ou personalistas, sobre a disputa ao cargo de prefeito em eleições majoritárias. O modo de decisão, de premiar ou punir o partido, é definido levando em conta aspectos retrospectivos que são prioritários na escolha pessoal. Os partidos pelas regras institucionais atuam de maneira ideológica ou personalista como resposta a essas regras. Através de dados retirados dos resultados eleitorais do TRE-RS, medimos componentes que indiquem essa relação em critérios retrospectivos ideológicos ou personalistas. São indicadores: o dispositivo da reeleição, o regime eleitoral, o grau de institucionalização do sistema partidário e a avaliação de desempenho eleitoral.

**Palavras-chave:** Voto Retrospectivo; Partidos; *Accountability*; Eleições; Comportamento Eleitoral.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>1.1 Problema .....</b>	<b>07</b>
<b>1.2 Objetivos .....</b>	<b>08</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>09</b>
<b>2.1 Metodologia .....</b>	<b>13</b>
<b>3 AS DIMENSÕES DO VOTO RETROSPECTIVO .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Trajetória Política .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 Reeleição.....</b>	<b>20</b>
<b>3.3 Regime Eleitoral .....</b>	<b>26</b>
<b>3.3.1 Eleição Majoritária em Dois Turnos.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3.2 Eleição Majoritária em Turno único.....</b>	<b>28</b>
<b>3.4 Institucionalização do Sistema Partidário.....</b>	<b>32</b>
<b>3.5 Avaliação de Desempenho Eleitoral .....</b>	<b>35</b>
<b>4 CONCLUSÕES .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A ciência política, junto com os institutos de pesquisa, obtém hoje meios de prever em certa medida os encaminhamentos de cada pleito, apesar das eleições serem incertas até o momento da apuração. Entretanto, é difícil determinar em cada caso, sem uma análise diacrônica, os motivos de derrota ou vitória de um partido já que as disputas são heterogêneas em todo o território nacional.

O fator da reeleição, ultimamente, tem favorecido os governantes a continuarem nos seus postos. Estaríamos caminhando para votações plebiscitárias de concordância ou não com as diretrizes estatais. Será que é bem assim? O voto demanda uma análise mais diversificada do que simplesmente aceitar ou refutar a gestão atual. Propõe-se aqui discutir uma visão detalhada de comportamento eleitoral dos representados sobre os representantes ao cargo de prefeito em eleições majoritárias.

O Partido dos Trabalhadores (PT) é um grupo político que dentro desse curto período democrático (1985-2011), ganhou projeção maior a cada eleição, culminando na conquista da Presidência da República, em 2002, com Luis Inácio Lula da Silva. Antes mesmo de realizar tal feito no plano federal, no começo da década de 90, já atingira o controle de uma grande capital, no Rio Grande do Sul, onde só foi sair 16 anos depois. Alguns anos depois, em 1997, na região metropolitana de Porto Alegre, o PT também chegou à prefeitura, onde estava até recentemente, com quase o mesmo tempo no poder.

### 1.1 Problema

Indagamos se não existe uma distinção, nas cidades de Porto Alegre e Gravataí, no modo de percepção do eleitorado sobre a responsabilização das administrações no que tange a permanência no poder. Houve um momento de intermitência nas gestões, ocasionando alternância de poder após quatro mandatos consecutivos nas cidades. Perguntamos:

*Por que partidos se mantêm no poder por determinado período sem alternância (o que deriva essa continuidade)?*

A alternativa em manter um partido é o processo de prestação de contas (*accountability*) durante a campanha do que foi realizado, ou seja, é a correspondência de uma ou mais esferas do voto retrospectivo que influencia a população quando vão às urnas.

As condicionantes do voto retrospectivo, (economia, ideologia, partido, candidato, corrupção), são elementos da capacidade dos eleitores de fazerem uma responsabilização vertical<sup>1</sup> de seu governante durante sua trajetória no poder. Estes são aspectos vistos na hora de tomar a decisão de continuar ou não votando na situação. A capacidade de o partido conceder informação acerca da sua gestão, através da campanha, facilita ao eleitorado estabelecer comparações e, assim, realizar sua escolha.

Neste sentido, enquanto o eleitor Porto Alegrense votaria, prioritariamente, pelo viés ideológico no PT, de outro lado temos um eleitor que em Gravataí faria sua análise de responsabilização do governo pelo caráter personalista. Os partidos se apresentam de maneira distinta ao seu respectivo eleitorado.

Na capital contaria a imagem e a postura ideológica que cerca a história da legenda, justificando sua manutenção em longo prazo, ao ser reconhecida a sigla (PT) como única enraizada ideologicamente no país (Mainwaring, 2001). Em Gravataí pesaria nas candidaturas a liderança de um candidato personalista que teve participação, direta e indireta, em todos os pleitos disputados e vencidos pela legenda.

## **1.2 Objetivos**

A pertinência desse projeto está em investigar como os candidatos apresentam suas políticas de voto retrospectivo, neste caso particular, o Partido dos Trabalhadores em duas cidades do Rio Grande do Sul, e o modo de decisão do voto do eleitor. Assim, este trabalho pretende identificar quais as dinâmicas particulares de escolha de representantes em cenários parecidos ocupados pelo mesmo partido.

Esse estudo visa compreender essa e outras questões pertinentes ao estudo de instituições políticas, tais como: Quais são as estratégias de

---

<sup>1</sup> Guillermo O'Donnell (1998) afirma que existe *accountability* vertical quando "Por meio de eleições razoavelmente livres e justas, os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário votando a seu favor ou contra ele ou os candidatos que apóie na eleição seguinte" (O'DONNELL, 1998, p.28).



manutenção no poder desses governos (seus eixos temáticos coincidem)? Partidos podem ter lógicas variadas de apresentação de sua plataforma política em diferentes municípios? Por que nesses casos tivemos um rompimento da lógica de vitórias petista nestes municípios?

## **2. MARCO TEÓRICO**

Na análise do modo de decisão do eleitor acerca do futuro político, quer seja em nível local, estadual ou quer seja federal, perpassa uma racionalidade no sentido de diminuir os custos de informação sobre determinados partidos antagônicos na seleção de governos, creditando seu voto no partido que lhe poderá oferecer, possivelmente, ganhos posteriores ou manutenção do status de renda atual. O trabalho de Anthony Downs (1999) abre uma perspectiva de compreensão de como os eleitores fazem sua escolha de responsabilização dos representantes:

Um homem racional é aquele que se comporta como se segue: (1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente ou inferior a cada uma das outras; (3) seu ranking de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu ranking de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas. (DOWNS, 1999, p28).

Dessa forma, a definição quanto à seleção dos governantes requer uma equação dos ganhos esperados no próximo governo em relação aos benefícios que possui hoje. Todavia, pressupõe capacidades de prever ações e propostas partidárias concorrentes. Dois procedimentos cognitivos, um com teor prospectivo e outro com teor retrospectivo podem ser realizados no intuito de definir o governo subsequente.

O voto prospectivo exige demasiada informação dos cidadãos sobre pautas programáticas dos partidos em disputa, análise viável dessas propostas, baseados em prognósticos hipotéticos do que aconteceria se seus representantes fossem

eleitos, os quais não têm como determinar se dará certo. Como é altamente sofisticado, esse modelo de análise não se insere no contexto do eleitor mediano<sup>2</sup>.

O voto retrospectivo, pelo contrário, demanda menos informação do eleitor do que se fosse confrontado com idéias prospectivas, porque se compara ações pretéritas do governo no poder, conhecidas do público, com suas ações atuais, e ainda compara-se com promessas dos partidos opositores que podem já ter estado no poder, “Portanto, acreditamos que é mais racional que ele baseie sua decisão de voto nos eventos atuais do que simplesmente em eventos futuros.” (DOWNS, 1999, p.61).

Ao medir eleições anteriores, os votantes lembram as realizações ou as omissões dos partidos e governantes que já ocuparam o poder e tomam uma resolução de acordo com as promessas realizadas, similar ao argumento de Stokes, Manin e Przeworski (2006) sobre as lógicas de *accountability* dos cidadãos: “Representação por prestação de contas ocorre quando (i) os eleitores votam para reterem os representantes somente quando eles agem em favor do interesse dos primeiros, e (ii) o representante escolhe políticas necessárias para ser reeleito.”(MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, p.120, 2006). Assim, o voto retrospectivo julga a responsabilização dos representantes quando estão administrando, contanto que respeitem os anseios da população.

Alberto Almeida (2009) discute se o eleitor não resolve seu dilema de modo simplificado: se a avaliação é positiva se mantém o candidato do governo; caso contrário, ele perde. Almeida aponta cinco características que podem inviabilizar uma vitória se não forem observadas pelos candidatos:

- 1) a avaliação do governo;
- 2) a identidade dos candidatos;
- 3) o nível de lembrança;
- 4) o currículo do candidato;
- 5) o potencial de crescimento do candidato.

Excetuando esse último quesito de difícil interpretação, visto que supõe o conhecimento do candidato e o nível de rejeição a sua escolha, útil apenas aos comitês de campanha, os outros procedimentos analíticos de decisão são

---

<sup>2</sup> “O eleitor mediano, alvo de disputa durante o *ballotage*, corresponde ao perfil de um público desatento à política, com escassa informação e interesse político” (MARENCO, 2009, p.69).

baseados pelo caráter retrospectivo, de qualquer maneira, é de difícil percepção que todos estes critérios atuem em conjunto no desfecho de quem escolher.

O estudo de Almeida (2009) tenta estabelecer uma homogeneidade do modelo de escolha do eleitor pelo viés intuitivo das pesquisas de opinião: se o governo está bem ele continua; se está mal, sai. Essa visão diminui o espaço de movimentação dos partidos e limita outros fatores cognitivos decisivos que importam mais em determinado local.

Refletimos aqui o sufrágio retrospectivo aplicado nos cenários pesquisados de duas formas: a primeira ideológica; e a segunda personalista. Encontra-se nas pesquisas de Lucio Rennó (2007), Scott Mainwaring e Mariano Torcal (2005) uma problemática realçando a importância desses moldes como norteadores na escolha dos governantes.

O voto ideológico entra nessa abordagem devido à excepcionalidade do caso do PT, como partido enraizado e institucionalizado, no curto período de redemocratização junto à população tornando-o caso único de estreitamento de vínculos entre partido e público (MAINWARING, 2001). Lúcio Rennó (2007) analisando extensa bibliografia sobre voto partidário-ideológico avalia que esse tipo de voto “[...] se baseia nas preferências de longo prazo do eleitor e sua vinculação a partidos políticos.” (RENNÓ, 2007, p.266).

O diagnóstico interpretativo desse tipo de sufrágio permanece no impasse em conferir valoração positiva aos laços duradouros entre cidadão e legendas, que garantem a regularidade das instituições, e os malefícios da falta de discussão de questões amplas na vida social, alegadas pelos críticos, ao afirmarem que ideologias servem como bússolas na consciência dos eleitores. Sob esse ponto, acredita-se que os movimentos sociais escolheram o PT como principal partido de esquerda<sup>3</sup>, porque adota em seu programa partidário um conjunto de questões sociais, de medidas inclusivas de participação popular, por exemplo, o Orçamento Participativo, até políticas públicas assistencialistas como o Bolsa-Família que ecoam em pautas da sociedade após a redemocratização.

---

<sup>3</sup> A discussão sobre Esquerda e Direita é múltipla em significados heurísticos através de binômios (situação-oposição; conservadores-liberais; burguês-socialistas). Essa polarização ideológica tem em Maurice Duverger (1970) um defensor: “Nem sempre há um dualismo dos partidos, mas quase sempre há dualismo das tendências.” (DUVERGER, 1970, p.250). Assim, posições de “centro” seriam artificialidades derivadas da dissidência de moderados de direita e de esquerda.

Embora as vinculações programáticas ou ideológicas entre eleitores e partidos não sejam a única maneira de criar estabilidade no sistema partidário, elas são um meio importante pelo qual os eleitores se tornam ligados a partidos e, portanto, um meio importante para que os partidos se enraízem na sociedade. (MAINWARING; TORCAL. 2005 p.266)

O voto personalista exige um vínculo entre representante e representados pela habilidade atribuída do líder carismático de se comunicar com o público e de possuir dotes pessoais subjetivos valorizados. É um dom pessoal intransferível que segue os requisitos atuais da imagem nas campanhas midiáticas, ferramenta essencial na maximização dos sufrágios. “Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores” (MANIN, 1995, p.6).

Alberto Almeida (2009) atribui transferência de avaliação positiva de governo ao sucessor pelo atual governante, sendo contra a idéia de transferência de prestígio convertida em voto. Os candidatos que ideologicamente, na visão dele, são correlatos conseguem transmitir apoio por essa afinidade, vedado se forem de espectros ideológicos conflitantes. Isso interfere para rechaçar assertivas de que o líder carismático transfere sufrágios ao seu sucessor. É contraposta ao outro modelo, pois centrada na figura pessoal coloca os partidos em patamares indiferenciados. “A disseminação do voto baseada nas características pessoais dos candidatos, sem conteúdo programático ou ideológico, é um sinal revelador da fraqueza das raízes partidárias.” (MAINWARING; TORCAL. 2005 p.268).

Portanto, também pode acarretar na redução da capacidade de *accountability* do eleitor ao inviabilizar debates de propostas sólidas de forma enfática na campanha, enquanto preferem discussões de promessas vagas. Os políticos personalistas possuem carisma suficiente para não abordar esses temas.

Quando pautamos no critério de voto retrospectivo ideológico e personalista como as possíveis determinantes da manutenção do Partido dos Trabalhadores nos municípios estudados, não excluimos que outras variáveis do voto retrospectivo influenciaram em certo momento o processo de disputa eleitoral, porém, foi constante a manifestação dessa lógica predominar nos pleitos como fatores redutivos de informação.

## 2.1 Metodologia

O estudo comparativo é um meio eficiente de conseguirmos controlar nossas variáveis. *“Pero si nos quedamos en este punto permanecemos en lo obvio, ya que lo que nos interesa es esencialmente el conjunto de procedimientos que permiten la realización de comparaciones explícitas y conscientes en ciencia política.”* (MORLINO, 1994, p.15). Escolhemos comparar essas cidades, pelas semelhanças de perfil do eleitorado (população de zona urbana), de recorte de tempo do partido no poder (Gravataí 1997-2012; Porto Alegre 1988-2004), da utilização do Orçamento Participativo (OP) como base de governança conjunta à comunidade, coligações nos pleitos com partidos pequenos, ou seja, uma gama de características coincidentes que permitiriam destacar as diferenças existentes.

Mesmo compartilhando várias características, acredita-se que possuam discrepâncias acentuadas que permitirão elucidar o enfoque proposto nesse estudo de comportamento eleitoral. Nesse aspecto, o cientista político, Giovanni Sartori, afirma que:

*Si dos entidades son iguales en todo, en todas sus características, es como si fuesen la misma entidad, y todo termina ahí. A la inversa, si dos entidades son diferentes en todo, entonces es inútil compararlas, y del mismo modo todo concluye aquí. Las comparaciones que sensatamente nos interesan se llevan a cabo entre entidades que poseen atributos en parte compartidos (similares) y en parte no compartidos (y declarados no comparables).* (SARTORI, 1994, p.35).

Recorremos aos dados disponíveis no site<sup>4</sup> do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), sobre os resultados eleitorais, para mensurar as informações do voto retrospectivo, extraídas dos indicadores conceituais que delineiam como procede ao provável aparecimento de um viés personalista ou um viés ideológico. Primeiramente, abordamos sobre a trajetória política do Partido dos Trabalhadores nos municípios, para analisar o modelo de *accountability* dos candidatos e da legenda.

---

<sup>4</sup> Endereço: [www.tre-rs.gov.br](http://www.tre-rs.gov.br).

Num segundo momento, discutimos se a ausência ou a implantação do dispositivo da reeleição desencadeia processos de renovação ou manutenção de lideranças no partido nos municípios. No começo da gestão petista na capital, ainda inexistia essa possibilidade continuada do mesmo governante a frente do município. A partir disso, demandou estratégias de sobrevivência política pautada além da Prefeitura. Em Gravataí, esse dispositivo esteve presente desde o momento de posse da sigla no poder. Porém, ele não foi usado indiscriminadamente. Aparenta ser destinado a quem possui qualidades específicas de interação com a população.

Em outra esfera, perceber se o regime eleitoral influencia na oferta de disputantes ao Executivo, porque em um local há eleição majoritária em dois turnos, enquanto no outro, existe eleição majoritária de turno único. Seguindo pressupostos de Duverger (1970), o autor assinala que nas democracias estáveis, pleitos de dois turnos aumentam a quantidade de partidos concorrentes aos cargos, enquanto pleitos de turno único restringem de maneira significativa o número de partidos gerando um dualismo. Isso implicaria, aos eleitores, que as apostas devem ser feitas em candidatos personalistas nestas últimas condições.

Outros critérios utilizados são as avaliações de desempenho eleitoral dos concorrentes ao Executivo comparado as suas bancadas no Parlamento. Uma assimetria entre esses poderes, quanto à votação, representaria uma distinção da figura personalista em relação ao seu partido.

E por último, perceber se a institucionalização dos sistemas partidários interfere nos resultados de votos ideológicos ou personalistas. Mainwaring e Torcal (2005) demonstram que uma baixa volatilidade do sistema partidário tem forte correlação com voto ideológico enquanto o inverso produz votos mais personalistas.

### **3. AS DIMENSÕES DO VOTO RETROSPECTIVO**

Cabe dizer, primeiramente, que são prevaletentes abordagens retrospectivas pautadas nas esferas de hegemonia partidária e de hegemonia pessoal, com matizes desiguais, que veremos adiante. Sobre gestões desse partido, paira uma separação do modo de administração estatal desse grupo, “o modo petista de governar”, em contraposição aos adversários. O singular de seu modelo de gestão, percebido nos municípios pesquisados, está na aproximação com movimentos sociais e o uso de democracia co-direta, como o Orçamento Participativo, no gerenciamento de onde serão aplicados recursos financeiros disponíveis para obras. Apontada as similitudes, devemos indicar os caminhos onde prosseguem rumos opostos.

#### **3.1. Trajetória Política**

Diante da particularidade do âmbito municipal nas articulações políticas dos partidos, no qual as alianças, por muitas vezes, são totalmente distintas do plano estadual e mesmo do plano federal, procuramos agora desvendar como procedeu à inserção do PT dentro de cada especificidade local analisada aqui: Porto Alegre e Gravataí.

A ideologia é um guia que ressalta as intenções daqueles interessados nos cargos públicos. “Na moderna ciência política, as ideologias são quase sempre vistas em parte como meio para obter poder político empregado pelas classes sociais e outros grupos, em vez de meras representações de metas reais” (DOWNS, 1999, p.117). Independentemente se os anseios dos políticos são no sentido estrito materialista, Anthony Downs revela que “Qualquer partido que seja tanto responsável quanto confiável provavelmente terá uma ideologia que é relativamente coerente e imóvel.” (DOWNS, 1999, p.130).

Portanto, deduz-se que por meio de posturas consolidadas de concepção de mundo, refletidas no interior de alguns grupos sociais, as entidades políticas posicionam sua pauta programática, preferencialmente padrões de significado da maioria da sociedade, para ter legitimidade a espaços estatais. Assim, o Partido dos Trabalhadores porto-alegrense na sua luta de afirmação política penetraria nas

camadas sociais com esse intuito, conforme defende o ex-prefeito Raul Pont: “Se estamos enraizados numa sociedade, se temos movimentos comunitários, sindicais, se estamos efetivamente ligados à população, isso necessariamente tem de ter um reflexo eleitoral.” (PONT, 1999, p.36).

Além disso, o PT porto-alegrense tem uma permanente identificação partidário-ideológica, durante a sua estadia na prefeitura da cidade, que vincula uma idéia de governo indissociável da estrutura interna do partido.

Vale destacar que nos três mandatos municipais de Porto Alegre quem escolheu o governo foi o partido, por intermédio do Diretório Municipal. Se na primeira experiência nem todos os indicados foram aceitos pelo prefeito, em sua autonomia como prefeito, no segundo e no terceiro mandatos, todos os nomes apresentados pelo conjunto, pela comissão escolhida pelo partido para fazer uma proposta de governo, foram respaldadas pelo prefeito e vice-prefeito. Portanto, o partido quando é chamado assume a responsabilidade, compõe o governo e não tem o direito de estabelecer essa distinção entre Executivo e partido, ou partido e governistas. (PONT, 1999, p.36-37).

Os membros são comprometidos com as imposições do Diretório na sustentação do governo. “O diretório em Porto Alegre teve o compromisso, a obrigação de construir o governo, e isso não tirou o poder do Tarso Genro, nem do Olívio Dutra, nem o meu, de governar enquanto prefeito, mas estabeleceu uma relação muito mais profunda.” (PONT, 1999, p.37). A centralização da figura diretiva na coordenação parece um traço específico na conjuntura do PT na capital. Os líderes são instrumentos de uma causa principal que é controlar os aparatos da máquina pública, objetivo de todo e qualquer partido.

Na história dos candidatos, quanto ao lançamento nas empreitadas eleitorais, está subjacente uma homogeneização das capacidades dos líderes de concorrerem paralelamente em carreiras diversas, sem identificação estrita com o cargo de prefeito. Este tema será abordado posteriormente em outro capítulo, mas para exemplificar isso, discorreremos sobre os êxitos dos prefeitos porto-alegrenses fora desse eixo da Prefeitura.

Olívio Dutra depois de sair da Prefeitura conseguiu tornar-se o primeiro governador da legenda em 1998. Tarso Genro também conseguiu tal feito em 2010, com uma eleição bem sucedida no primeiro turno, fato inédito na história



gaúcha. Por sua vez, Raul Pont teve uma jornada distinta dos outros ex-prefeitos ao optar pelo Parlamento, sendo destacada sua atuação na Assembléia Legislativa Estadual, onde foi reeleito seguidamente deputado estadual.

Enfim, está implícito nas suas carreiras uma autonomia quanto a seus destinos políticos já que eles revezavam o mesmo posto, pelo impedimento de reeleger-se, necessitando assumir novos compromissos após cumprirem seu tempo de governo.

Agora trataremos da alocação do PT no município de Gravataí. Ancorado no crescimento econômico proporcionado pela instalação da fábrica da *General Motors* na cidade, o partido construiu melhorias visíveis em obras além da expansão de investimentos e empregos que surgiram no ensejo da construção da fábrica de automóveis. Os prefeitos daqui compartilham, com os de Porto Alegre, o fato de serem filiados, desde a fundação do partido no Estado, ao PT.

No entanto, repousa sobre a popularidade do político Daniel Bordignon uma assimetria nas decisões políticas quanto ao futuro da legenda. Sua saída do cargo, depois de findo seus dois mandatos, significou um afastamento pessoal provisório da disputa ao Governo municipal, mas não na carreira, a qual deu prosseguimento com a eleição bem sucedida para deputado estadual em 2006.

Numa entrevista para um jornal da cidade, perguntado sobre se preferiria as funções executivas mais que as legislativas, Bordignon respondeu: “Nunca escondi isso mesmo. Mas se minha função é legislativa, vou cumprir da melhor forma. [...] Fui prefeito, sei que o cabelo e a barba branqueiam rápido, mas é meu perfil”<sup>5</sup>. Isso indica pragmatismo de se manter visível para uma investida posterior à Prefeitura.

Seu sucessor foi o vice-prefeito, Sergio Stasinski, que não concorreu para um segundo mandato por um impedimento interno após o término da sua gestão. Daniel Bordignon foi o nome do partido escolhido (para um terceiro período seu no poder) que, contudo, foi inviabilizado judicialmente, dando oportunidade para sua vice na chapa ser a última correligionária a ocupar o posto. Rita Sanco que, anteriormente, já tinha sido vereadora da cidade. No capítulo seguinte abordaremos como o fator da reeleição, que favoreceu o líder carismático, foi gerador de conflito entre os membros da legenda.

---

<sup>5</sup> Jornal Correio de Gravataí nº3893, 28 de Outubro de 2010, p.4.

Porém, podemos adiantar que esse traço de briga interna, refletida externa e publicamente, não são sinais perceptíveis se tratando do PT da capital. Na prática, são ocultos da mídia os embates internos porque “Torná-las públicas seria introduzir o conflito público no interior da facção”. (HEREDIA, 2006, p.171).

O processo de declínio, nas duas localidades, ao término do quarto mandato possui características distintas que merecem ser debatidas. O possível desgaste da administração porto-alegrense causado pelas críticas da opinião pública, ou mesmo, do rearranjo da oposição enquanto contraponto viável num embate eletivo foi canalizado, devido um incidente de cunho personalista que desmobilizou parcela do eleitorado petista na eleição seguinte. Falamos da renúncia de Tarso Genro, ao cargo de prefeito, para concorrer ao posto de Governador nas eleições de 2002.

Esse evento marcou negativamente o partido. Acarretou no insucesso na tentativa ao Governo do Estado e, seguido a isso, o PT perdeu a prefeitura da cidade em 2004. O fato marcou o desligamento de uma série de governos petistas que ainda sequer se recobrou dessa perda. É marcante como uma decisão ligada a incentivos pessoais, implicou uma discordância de um eleitorado acostumado a qualificar seus governantes pelas suas posturas coletivas, fazendo um *accountability* sempre positivo quando ligado a interesses ideológicos.

A literatura sobre responsabilização vertical qualifica o voto como uma ferramenta pouco eficaz na coerção dos governantes, no intuito de serem coerentes com propostas anteriores de campanha e de serem responsáveis durante o mandato (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006). No entanto, quando ocupa em grandes parcelas de tempo, o mesmo posto, é um sintoma da admissão de um modo administrativo premiado com a permanência do *status quo*. Qualquer desvio da rota realça uma falta de comprometimento com algo sintomático: “A imobilidade ideológica é característica de todo partido responsável porque ele não pode repudiar suas ações passadas, a menos que alguma mudança radical de condições justifique isso”. (DOWNS, 1999, p.131). Os cidadãos percebem mudanças inesperadas e punem segundo seus critérios retrospectivos.

A punição resultando na retirada da prefeita de Gravataí, Rita Sanco, não veio das urnas. É oriunda do processo de *impeachment*<sup>6</sup> protocolado pela Câmara de Vereadores causada por irregularidades nas contas do município. A desmobilização verificada na população que ficou indiferente, tanto a denúncia da oposição, quanto as explicações da situação, indicam um problema de legitimidade desse governo pelo esvaziamento de apoio num momento crucial de sua administração. O vínculo inexistente do governante com os governados, somado a imperícia de criar maioria no legislativo para barrar o andamento do processo de cassação, foi determinante na deposição do PT gravataiense, antes do término do mandato que se encerraria em 2012.

A característica personalista foi ausente nesse evento marcando a disparidade dos últimos prefeitos de Gravataí em relação a Daniel Bordignon na força carismática. A ex-prefeita cassada realça, em entrevista ao site *Sul21*<sup>7</sup> depois de deposta, o estilo único de liderança junto ao povo do ex-prefeito Bordignon, perguntada sobre se haveria uma reversão quanto ao *impeachment* sofrido, disse: “Temos 30% de aprovação na população. O deputado Daniel Bordignon tem uma popularidade imbatível. Eles não ganham eleição por isso tiveram que apelar. [...]” A declaração contesta o modo de ação da oposição, mas vislumbra a alternativa do partido para o futuro político nas próximas eleições, ou seja, o retorno do personalismo figurado na imagem do ex-prefeito.

---

<sup>6</sup> Primeira mulher a ser eleita na cidade de Gravataí, também foi pioneira a sofrer um processo de *impeachment* pelo crescimento da dívida municipal contraída com órgãos com Corsan, CEEE, e RGE. Por 10 votos a 4, dos vereadores municipais, ela foi cassada em 15/10/2011.

<sup>7</sup>Endereço: <http://sul21.com.br/jornal/2011/10/se-eu-entregasse-uma-receita-de-bolo-na-sessao-daria-o-mesmo-efeito-diz-prefeita-cassada/> Acessada dia 12/11/2011.

### 3.2. Reeleição

O anseio de qualquer partido, num instante inicial, é conquistar os sufrágios precisos para chegar ao poder, amparado em apoio expressivo da população, e após manter-se onde está. “Presumimos ainda que o governo exista numa sociedade democrática em que se façam eleições periódicas, que seu objetivo principal é a reeleição, e que a eleição é o objetivo daqueles partidos agora alijados do poder.” (DOWNS, 1999, p.33). A reeleição indica aceitação do eleitorado ao partido situacionista enquanto esteve governando.

No Brasil, desde o período anterior à redemocratização, em 1985, era proibida a permanência sucessiva no poder Executivo. “Con la prohibición de la reelección se buscaba provocar la alternancia de los hombres en la titularidad del ejecutivo para limitar el personalismo.” (CARDARELLO, 2009, p.30).

A adoção do acréscimo de outro mandato consecutivo, ao mesmo político em exercício da função no Executivo, reaparece no ensejo das eleições presidenciais de 1998 cujo beneficiário, em causa própria, foi o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso<sup>8</sup>. Antonio Cardarelo (2009) argumenta que o continente sulamericano institui esse mecanismo com atraso, em relação aos norte-americanos, devido ao passado de autoritarismo reforçado por falta de freios legais aos poderes do Executivo.

La reelección fue un mecanismo mayoritariamente rechazado por los ordenamientos constitucionales de América Latina en función de la connotación negativa que la asociaba con: la personalización del régimen político, la concentración de la autoridad y el probable abuso de poder, con la perpetuación en el gobierno y con la dictadura. El temor al autoritarismo ejercido por el Ejecutivo, el recuerdo de gobiernos que duraban toda la vida, creó, más allá de la teoría, la demanda de no reelección. De ahí que en la mayoría de los países se estableciera la prohibición de la reelección, al menos para un mandato inmediato. (CARDARELLO, 2009, P.30).

Isso denota que a abertura ao dispositivo da reeleição auxilia projetos pessoais. Antes do cenário atual, eram vedadas carreiras individuais no Executivo, embora qualquer agremiação partidária estivesse livre dessa limitação.

---

<sup>8</sup> Com ampla maioria no Congresso, FHC conseguiu aprovar o projeto de reeleição podendo disputar a eleição seguinte e vencê-la.

Acreditamos que esse rearranjo das possibilidades de perpetuação pessoal, em cargos executivos, influi nas iniciativas do PT de formularem sua plataforma política. Quando presente, a reeleição apresentou uma nova forma de *accountability* do eleitor podendo julgar não apenas na identidade partidária, mas também no vínculo carismático personalista. A ausência desse meio legal alterou a dinâmica de seleção de líderes partidários promovendo renovação dos quadros nos pleitos.

Do período de 1989 até 2004, onde o Partido dos Trabalhadores esteve no controle da capital do Rio Grande do Sul, nenhum líder partidário da sigla permaneceu sucessivamente no poder. A Constituição barrava essa prerrogativa nas três primeiras eleições vitoriosas da sigla. Nesse contexto, a população era restrita a punir ou premiar baseada no diferencial partidário do governo, já que sua simpatia por um líder não seria contabilizada. “Com efeito, toda eleição é um julgamento feito sobre a folha de serviços do partido no poder.” (DOWNS, 1999, p.62).

Contudo, na última eleição ganha pela legenda, em 2000, havia permissão legal para o candidato tentar a reeleição, porém, terminou sem utilizá-la. O fato de ser viável uma perpetuação no cargo, não impeliu o então prefeito, Raul Pont, a tentativa de mais um mandato. Ao contrário, houve a compreensão que outro membro partidário prosseguisse coordenando o projeto partidário. Curioso, porque os agentes promovedores de alteração na regra do jogo, na América Latina, sempre tiveram interesse pessoal na reeleição.<sup>9</sup> Assim, Tarso Genro assumiu seu lugar. Essa dinâmica é exemplificada abaixo na tabela 1.

**Tabela 1** Candidatos do PT eleitos em Porto Alegre (1988-2000)

<b>Candidato</b>	<b>Eleição</b>
Olívio Dutra	1988
Tarso Genro	1992
Raul Pont	1996
Tarso Genro	2000

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor.

O aspecto da coerência ideológica sentia-se necessária visto que junto com o sucesso nas urnas, distinguir-se, por meio de políticas públicas, dos adversários, era essencial na identidade de cada legenda para vencer eleições. “Uma ideologia

<sup>9</sup> Ver Cardarello (2009).

é uma afirmação pública a respeito de política partidária, já que ou contém ou implica propostas específicas de ação.” (DOWNS, 1999, p.123).

Apresentar lógicas administrativas inclusivas de democracia direta vide Orçamento Participativo, por exemplo, além de projetos de redistribuição de renda segmentou uma longa forma de gestão dos governos petistas, já que os candidatos sabiam, de maneira prévia, quais as circunstâncias que teriam de enfrentar e o limite de tempo ao qual estavam destinados, portanto, projetos partidários interessavam mais na perpetuidade no controle dos recursos públicos do que fins individuais, que se esfacelariam depois de quatro anos.

Aos políticos da legenda, o impedimento de reeleger-se propelia também a alçarem novas metas. A visibilidade adquirida na prefeitura da capital permitia ser indicado ao cargo de Governador, e também, a postos no Legislativo.

O cerceamento jurídico de mandatos consecutivos induzia a perseguição de uma carreira política, e, também, uma desvinculação do personalismo no cargo de prefeito, pois outros caminhos eram possíveis após cumprirem os seus respectivos mandatos. O imobilismo pautado na espera do término de um ciclo eleitoral não aparecia como alternativa. Abaixo temos uma tabela com os membros do PT, indicados ao Governo do Rio Grande do Sul de 1990 até 2010.

**Tabela 2** Candidatos Indicados ao Governo do Estado (1990-2010)

<b>Candidato</b>	<b>Eleição</b>	<b>Situação</b>
Tarso Genro	1990	Não Eleito
Olívio Dutra	1994	Não Eleito
Olívio Dutra	1998	Eleito
Tarso Genro	2002	Não Eleito
Olívio Dutra	2006	Não Eleito
Tarso Genro	2010	Eleito

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor.

A visibilidade decorrida de serem expoentes da sigla, a nível local, os consolidava na preferência das disputas de Governador do Rio Grande do Sul. Dois deles monopolizam a disputa governamental ao longo dos anos. Observa-se que há alternância nas indicações, mostrando que não há sobrepujança de um político sobre outro, nem desgaste da imagem de um e a preponderância da liderança do outro.

São membros reconhecidos da sigla, que ora são testados para cumprir seu papel de alçar a legenda ao domínio dos recursos públicos, seja em nível estadual ou em nível municipal. O teste alternado de candidatos, a um posto, também está na lógica de fazer presente ao eleitor a familiaridade com a imagem deles para colher, futuramente, dividendos pois “Tornar-se mais conhecido é, em geral, um esforço de longo prazo. Sucessivas campanhas eleitorais têm um papel importante nesse processo.” (ALMEIDA, 2008, p.57).

Noutro extremo, na cidade de Gravataí tivemos a utilização, na eleição de 2000, da reeleição que favoreceu o candidato Daniel Bordignon. No entanto, somente ele conseguiu tal feito dentro do seu partido, mesmo que a partir do início das gestões petistas no município estivesse permitido se reeleger. Antes que esse fator possa ser amplamente utilizado por todos os candidatos passa, necessariamente, por uma avaliação de viabilidade desse recurso pelo partido.

É propício que candidatos personalistas tendam a receber essa segunda chance porque independente de sua gestão, positiva ou negativa, seu *accountability* é feito de forma individualista, ou seja, recorrem a expectativas que sonham valores coletivos. Ou mesmo quando há um cenário onde os partidos políticos são estigmatizados, ou são indissociáveis, cabe votar de maneira personalista.

Entretanto, Almeida (2008) argumenta que sem antipatias visíveis demarcadas nas pesquisas de opinião, o eleitorado tende a recorrer ao candidato que já está ocupando o cargo, prescindindo do carisma dele, se possui, no momento, avaliação satisfatória.

A reeleição favorece o ocupante do cargo público muito menos porque ele tem o controle da máquina e muito mais porque ele tem uma enorme vantagem na lembrança do eleitorado em face do candidato de oposição. Se ele já foi eleito uma vez e governou por quatro anos, muito dificilmente haverá outro candidato que tenha um recall tão forte. Como há assimetria na linha de largada, o instituto da reeleição confere um quê de conservadorismo à democracia e ao processo eleitoral. (ALMEIDA, 2008, p.56).

O conceito utilizado de lembrança não preenche as relações simbólicas que estão interligadas entre representante e representado quanto ao personalismo. Existe mais do que um voto conservador. É problemático afirmar sobre voto

decidido apenas na lembrança, apostando no *recall* que possui o atual ocupante da Prefeitura, porque assim o cenário nas disputas em Gravataí em 2008 teria, provavelmente, um segundo mandato do sucessor de Daniel Bordignon. A próxima tabela tem por objetivo elucidar os vencedores do PT na cidade de Gravataí, tratando do uso escasso do mecanismo da reeleição.

**Tabela 3** Candidatos do PT eleitos em Gravataí (1996-2008)

<b>Candidato</b>	<b>Eleição</b>
Daniel Bordignon	1996
Daniel Bordignon	2000
Sergio Stasisnsky	2004
Rita Sanco	2008

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor.

Algo não colocado sobre viabilidade eleitoral de um candidato é a intervenção partidária na seleção de quem irá disputar, através de apoio dos caciques eleitorais. As facções, dentro de um partido, impedem que se sucedam de forma apaziguada transições de governos quando há projetos pessoais paralelos. “O poder que tem um político fora de uma facção passa pelo poder que tem dentro dela, e reciprocamente.” (HEREDIA, 2006, p.173).

O ex-prefeito Sergio Stasinski, o comandante da Prefeitura antes das eleições de 2008, teria o maior nível de lembrança e amplo apoio da sua legenda, a menos que outro candidato tivesse um *recall* maior que o dele. Nesse caso, o seu antecessor, Daniel Bordignon, que concorreu na vaga aberta pela interdição da candidatura de Stasinski no ano de 2008.

A conjuntura partidária do PT em Gravataí decidiu retirar a chance de o ex-prefeito Stasinsky concorrer a um segundo mandato, preferindo o retorno do ex-prefeito carismático. No entanto, através de decisão judicial, Bordignon acabou impedido, nas vésperas do pleito, a participar como candidato, sendo sua vaga ocupada pela vice na chapa Rita Sanco<sup>10</sup>.

A retirada da possibilidade de um prefeito concorrer à reeleição pelo partido, sem motivos aparentes, demonstra a força pessoal dentro da sigla. É nítido que

<sup>10</sup> O candidato Daniel Bordignon foi condenado por improbidade administrativa referente a contratações durante sua última gestão. Um caso peculiar é que sendo proibido de concorrer, faltando dias para a eleição, quem ocupou sua vaga foi a vice na chapa Rita Sanco. Não havendo tempo hábil para trocar os dados na urna eletrônica, a foto do candidato que aparecia continuava sendo de Daniel Bordignon.



reeleição não é usada indiscriminadamente. Há critérios que um candidato possui em detrimento daquele considerado natural a manter-se na disputa.

Um debate intenso atualmente é sobre a eliminação da reeleição. Argumenta-se que os malefícios originados por esse mecanismo são prejudiciais a democracia. “La posibilidad de la reelección genera que la intención de mantenerse em el cargo se convierta en el propósito fundamental de todas sus actividades descuidando las obligaciones y tareas para las cuales fue electo en esse cargo.” (CARDARELLO, 2009, p.42). O medo da corrupção, com os recursos públicos, é inferior as vantagens introduzidas pela reeleição ao manter governantes com boas gestões, além de projetos governamentais não serem interrompidos.

### **3.3. Regime Eleitoral**

No estudo sobre partidos políticos, Maurice Duverger (1970) observou a influência do regime eleitoral na disposição dos partidos em escrutínios majoritários. Esse caráter técnico influi no sistema eleitoral aumentando e diminuindo o número de concorrentes. Quando há um só turno, são reduzidas as expectativas dos partidos de sucesso no pleito, tendendo na prática ao bipartidarismo, apesar de haver outras siglas que, somadas, não atingem grande expressão na corrida eleitoral, reservando aos dois mais votados um mínimo de 80% dos votos.

De outro lado, o regime de dois turnos tende a aumentar os competidores, visto que há uma primeira rodada de classificação de duas legendas, quando não existe um pleno favorito, permitindo que estratégias de campanha possam ser úteis para uma investida posterior no segundo turno. Os municípios estudados divergem na utilização do regime eleitoral, porque Gravataí não atende o critério da legislação eleitoral, de 200 mil habitantes aptos a votar, imprescindível para um segundo turno.

Ainda sobre o regime eleitoral, é importante também problematizar os efeitos mecânicos e psicológicos que o uso desse imperativo técnico acarreta na visão que o eleitor possui dos partidos. Duverger (1970) salienta que isso interfere na opção de votar no partido preferencial, para impedir que o vencedor da eleição seja de uma legenda conflitante a sua concepção ideológica, e também, limita artificialmente o número de siglas em disputa.

#### **3.3.1 Eleição Majoritária em Dois Turnos**

Na cidade de Porto Alegre tivemos, inicialmente, turno único na primeira vitória petista em 1988, porém após esse período foi adotado o sistema de dois turnos. No já citado estudo de Duverger (1970) sobre a gênese dos partidos políticos e seu funcionamento, destaca-se a ligação que multipartidarismo tem com o sistema de dois turnos na competição eleitoral. Em regimes com essa configuração, predomina o debate de pautas ideológicas e programáticas, onde as coligações contam para postular uma vaga no segundo turno. As investidas solitárias dos partidos pulverizam os sufrágios entre os votantes, aumentando o

grau de incerteza quanto ao resultado final. Tanto partidos grandes e médios quanto pequenos, recorrem a esse estratagema para maximizar suas chances.

Sob condições de fragmentação eleitoral e elevado número de candidaturas – que reduz probabilidades de obtenção de maioria na primeira rodada eleitoral -, o desafio posto em um primeiro turno consiste em obter a classificação para a disputa final entre os dois candidatos mais votados. Uma condição que favorece a conquista deste objetivo reside na força eleitoral dos partidos que compõem a coalizão de cada candidato majoritário. (MARENCO, 2009, p. 68-69).

No quadro abaixo, estão às realocações dos votos das legendas nesse recorte de tempo que o PT esteve na dianteira do governo na capital. Facilitando a visualização, apresentamos somente os três partidos mais votados (que carregam as coligações), entre as últimas quatro eleições vencidas pelo PT, para verificar se existe um predomínio bipartidário nessas eleições.

**Quadro 1** Partidos efetivos em Porto Alegre (1988-2000) dados 1º turno

<b>Principais partidos efetivos na disputa a prefeito em Porto Alegre em 1º Turno</b>		
<b>Eleição</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos Válidos (%)</b>
<b>1988</b>	<b>PT</b>	39%
	PDT	25%
	PDS	15%
<b>1992</b>	<b>PT</b>	41%
	PMDB	16%
	PDT	11%
<b>1996</b>	<b>PT</b>	54%
	PSDB	22%
	PPB	6%
<b>2000</b>	<b>PT</b>	49%
	PDT	20%
	PSDB	15%

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor

Presume-se que, com essas regras no primeiro turno, teremos um conjunto de casos onde as contendas são acirradas a cada pleito ou marcadas com um predomínio do partido analisado. Isto porque “Os fenômenos de polarização e de sub-representação não entram aqui em jogo, ou apenas entram no segundo turno.” (DUVERGER, 1970, p.275).

Na verificação empírica, excetuando o ano de 1996, onde os dois partidos mais votados PT e PSDB somam 76% do total de votos, nas outras alterações pelo menos três partidos rivalizaram a chance de lograr êxito a uma segunda rodada de embates. No entanto, não podemos definir essa contenda nos moldes bipartidários, pois o candidato Raul Pont do Partido dos Trabalhadores venceu no primeiro turno.

Portanto, parece uma característica desse sistema eleitoral o multipartidarismo. Tivemos resultados onde em regra apareceu ou a preponderância do PT nos pleitos vencendo em primeiro turno, mesmo que no ano de 1988 tenha ocorrido em modelo de turno único não houve dualismo, e também, uma acirrada campanha de três legendas requisitando o posto de Prefeito.

Isso aponta que temos uma disposição heterogênea de preferências do eleitorado nessa cidade, que impede um antagonismo que representaria, num extremo, um voto de oposição contra um voto de situação. O sentido multipartidário se faz presente nesse paradigma de escrutínio majoritário de dois turnos com uma alternância dos rivais ao assento do Executivo a cada ano eleitoral.

### **3.3.2 Eleição Majoritária em Turno Único**

As disputas em Gravataí ocorrem em turno único porque o contingente populacional da cidade não atinge o necessário para adoção do regime de dois turnos. Isso mexe na corrida ao Executivo, conforme visto na obra clássica de Duverger (1970), porque reduz a um dualismo de opiniões as disputas subseqüentes, pela regra de maioria simples (quem tiver mais votos vence) favorecer disputas menos ideologizadas nas campanhas eleitorais, no intento de ocupar o assento pretendido.

Os grupos políticos se parecem similares na visão geral, porque disputa o perfil preponderante do eleitorado, o eleitor mediano, para maximizar suas chances de sucesso. Esse procedimento técnico de seleção dos governantes incorre na

supressão dos pequenos partidos devido “A ausência de segundo turno e de “*ballotage*” (isto é, resultado negativo, nenhum dos candidatos conseguindo maioria absoluta).” (DUVERGER, 1970, p.254); e também, pelo uso de voto útil, no objetivo de votar no partido que tem reais chances de ganhar, em detrimento de um partido novo ou preferencial que está atrás nas pesquisas.

No caso de tripartidarismo que funcione em regime majoritário de um só turno, os eleitores não tardam a compreender que os seus votos se perderão se continuarem a dá-los ao terceiro partido; daí, tenderem, naturalmente, a transferi-los para o menos mau dos seus adversários, a fim de evitar o êxito do pior. (DUVERGER, 1970, p.260-261).

Recorremos ao mesmo critério utilizado anteriormente quanto a Porto Alegre para determinar os partidos efetivos dominando as opiniões e os votos ao posto de prefeito da localidade de Gravataí.

**Quadro 2** Partidos efetivos em Gravataí (1996-2000) dados 1º turno

<b>Principais partidos efetivos na disputa a prefeito em Gravataí em 1º Turno</b>		
<b>Eleição</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos Válidos (%)</b>
<b>1996</b>	<b>PT</b>	39%
	PDT	36%
	PTB	10%
<b>2000</b>	<b>PT</b>	62%
	PMDB	25%
	PSB	8%
<b>2004</b>	<b>PT</b>	47%
	PTB	35%
	PMDB	15%
<b>2008</b>	<b>PT</b>	47%
	PMDB	35%
	DEM	3%

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor.

Nos dados observados no quadro 2, constatamos que exceto na primeira vitória petista em 1996, quando as duas siglas mais votadas atingiram perto dos 80% do total de votos válidos, indicador forte de dualismo, nas outras há um nítido bipartidarismo entre o PT e o segundo colocado que rivalizam na política municipal. As últimas eleições de 2004 e 2008 mostram recortadas as predileções sedimentadas entre situação e oposição no município ao repetirem percentualmente sua capacidade de sufrágios.

Algo a reparar nesses índices, é que na reeleição de Daniel Bordignon, em 2000, temos o único momento onde os votos do PT, como vencedor, supera o dobro de votos do segundo colocado. É demonstrativo da assimetria de apoio político dele conquistada no percurso de seu primeiro mandato, comparada a sua legenda.

Assim, fica transparente que o regime eleitoral afeta a oferta de vagas e as alianças que partidos são obrigados a fazer para ter reais pretensões de ocupar um posto. O número inferior de vagas num regime de turno único desestimula a investida de agremiações partidárias que não possuam um extenso capital de apoios, dos variados grupos sociais, para pleitear uma candidatura robusta ao governo.

Resta, então, aderir a um partido maior ou lançar um político carismático que sobrepuje a fraca visibilidade partidária na campanha apostando na força individual do seu pretendente junto à população para conseguir vultosos sufrágios. Não é por acaso que, nos últimos tempos, muito políticos sejam recrutados dos veículos de comunicação e de outros segmentos insulares do campo político. "Os partidos continuam a exercer um papel essencial, mas tendem a se tornar instrumentos a serviço de um líder." (MANIN, 1995, p.25).

Um medidor da concentração/dispersão da oferta de candidatos em cada eleição é o Numero Efetivo de Partidos de Marku Laakso e Rein Taagepera (1979)<sup>11</sup>. O índice é baseado na efetividade de concorrência. Valores abaixo de 1, indicam alta dispersão dos votos entre os candidatos. Valores entre 1 e 2, denotam uma preponderância de um partido no pleito. Valor igual a 2 temos um

---

<sup>11</sup> A fórmula é (N): 1/HH. Consiste em dividir 1 pela soma dos quadrados das proporções de votos que os partidos obtêm na eleição.

bipartidarismo. Entre 2 e 3, temos um tripartidarismo com um partido mais fraco do que os outros. Acima de 3, temos um multipartidarismo.

**Quadro 3:** Índice de candidatos efetivos nos dois municípios (dados 1º turno).

<b>Número de Candidatos efetivos nas duas cidades pesquisadas</b>			
<b>Porto Alegre</b>	<b>Eleição</b>	<b>Gravataí</b>	<b>Eleição</b>
<b>1,07</b>	<b>1988</b>	<b>1,34</b>	<b>1996</b>
<b>1,06</b>	<b>1992</b>	<b>0,74</b>	<b>2000</b>
<b>0,77</b>	<b>1996</b>	<b>2,19</b>	<b>2004</b>
<b>0,85</b>	<b>2000</b>	<b>2,30</b>	<b>2008</b>

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor.

Acima, o quadro 3 apresenta os dados referentes as cidades analisadas. Uma vantagem desse índice, conforme julga Jairo Nicolau (2005), é que esse cálculo proporciona melhor visualização imediata das dinâmicas de disputa entre os candidatos. O contratempo, porém, é que ele não esclarece, dentro de um sistema partidário, quem são os políticos que estão dominando os sufrágios do povo, porque “[...] os valores de N são um construto matemático. Por isso, não é possível fazer o caminho de volta ao mundo partidário e identificar quais partidos são aqueles.” (NICOLAU, 2005, p.600). Apenas mostra a quantidade de disputantes. Uma análise mais qualitativa das minúcias da eleição é necessária.

Chama à atenção a correspondência das “leis de Duverger” nesses casos. Os índices de N na capital, escrutínio de dois turnos, variam pouco (entre 0,7 e 1,1), salientando a alta competição que esse procedimento introduz. Embora nas duas primeiras eleições tenhamos valores que indiquem dispersão em Gravataí, esses resultados se explicam pelas especificidades dessas eleições. No ano de 1996, temos mais partidos competindo<sup>12</sup>. Em 2000, o prefeito Bordignon venceu com folga seu adversário. Nas demais alterações, o regime de turno único comprovou sua capacidade de concentrar o embate em um dualismo.

<sup>12</sup>A quantidade de partidos em competição: 1996 temos (7); 2000 (4); 2004(5); e 2008 apenas (3). Por sua vez, Porto Alegre apresenta em 1988 (7); 1992 (10); 1996 (12); e em 2000 um total de (11). Está aí exemplificado o fator da dispersão.

### 3.4. Institucionalização dos Sistemas Partidários

O grau de institucionalização é um referencial valioso da estabilidade democrática porque “Sistemas partidários institucionalizados estruturam em alto grau o processo político. Em sistemas fluídos, os partidos são, de alguma forma, atores importantes, mas não possuem o mesmo efeito estruturador.” (MAINWARING; TORCAL, 2005, p.253). Esses autores sustentam que existe uma forte correlação entre baixa volatilidade eleitoral e voto ideológico, como também num sentido oposto, entre alta volatilidade eleitoral e voto personalista.

A literatura do sistema eleitoral político aponta que há uma forte personalização da vida política independente do controle partidário das vagas, tanto no Parlamento, quanto nos cargos majoritários. Mainwaring e Torcal (2005) defendem que o personalismo traz prejuízos a democracia ao propiciar aspectos autoritários na sociedade amparados na figura, por vezes populistas, dos postulantes ao Executivo. Reforçar as legendas seria um antídoto a esse fenômeno. Será que a ideologização identificada no PT, como enraizada na sua estrutura interna, estaria imune há esse fenômeno da vida política cotidiana brasileira?

A regularidade da competição partidária nos municípios é mostrada, na tabela 4, por meio do Índice de volatilidade eleitoral<sup>13</sup> que mede a transferência de sufrágios dos partidos entre duas eleições consecutivas.

**Tabela 4** Volatilidade dos votos para Prefeito nas cidades pesquisadas

<b>Cidade</b>	<b>Período</b>	<b>Nº de Eleições</b>	<b>Volatilidade Total</b>
Porto Alegre	1988-1992	2	19
Porto Alegre	1996-2000	2	21,5
Gravataí	1996-2000	2	47,5
Gravataí	2004-2008	2	27,5

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor.

Observações: Os cálculos nos municípios tiveram cinco partidos como base, pela porcentagem de votos significativa que receberam nos períodos pesquisados. Em Gravataí foram (PT, PMDB, PDT, PSB e PTB). Em Porto Alegre foram, no 1º período (PT, PDT, PDS, PMDB, PDC), no 2º período foram substituídos PDS e PDC, (pela mudança de nome do primeiro e pelo desaparecimento

<sup>13</sup> “Calcula-se somando o saldo de mudança da porcentagem dos votos ganhos ou perdidos por cada partido entre duas eleições consecutivas e dividindo-se o resultado por dois. Por exemplo, num sistema de dois partidos, se o partido A recebeu 43% dos votos no primeiro sufrágio e 53% no segundo, enquanto o partido B recebeu 57% no primeiro e caiu para 47% no segundo, a volatilidade é de  $10 + 10$  divididos por 2, ou seja, 10.” (MAINWARING, 2001, p.59).



eleitoral do segundo), por PFL e PSDB. A volatilidade média apresentada na capital foi de  $V_m = 20$ , enquanto em Gravataí foi de  $V_m = 37,5$ .

Os dados denotam um ápice de volatilidade eleitoral, na cidade da região metropolitana, durante o período que Daniel Bordignon esteve no poder. Ele é identificado como possuidor de imenso carisma. Nas eleições posteriores, quando ele esteve ausente, o índice se aproximou dos padrões de volatilidade de Porto Alegre considerada, no nosso estudo, de comportamento eleitoral ideológico. “Onde os vínculos ideológicos a partidos são fortes, a volatilidade eleitoral tende a ser menor [...]” (MAINWARING; TORCAL, 2005, p.266).

Uma volatilidade alta significa, também, o enfraquecimento das raízes partidárias dentro da população. Os benefícios do voto ideológico, e os perigos resultantes do personalismo são apontados por Mainwaring e Torcal (2005):

Em sistemas mais institucionalizados, é mais provável que os eleitores se identifiquem com um partido e os partidos dominam os padrões de recrutamento e deliberação política. Em sistemas fluídos, muitos eleitores escolhem mais de acordo com a personalidade do que com o partido, políticos antipartidos têm mais chance de ganhar eleições e o populismo e a antipolítica são mais comuns. (MAINWARING; TORCAL, 2005, p.269).

Existem traços perceptíveis de individualização na política nacional, conforme aborda Camille Goirand (2006) em seu estudo sobre os motivos da ineficácia e da inexistência do discurso de se apresentar como *Outsider* no sistema político brasileiro. Sua definição de outsider é incompatível com os tipos de políticos nativos, cuja trajetória, passa pela benção partidária. A tentativa de diferenciação de qualquer político dos demais esbarra na regras eleitorais, que incentivam candidaturas desgarradas da presença das siglas.

Le plus souvent, la position d'*outsider* repose sur la combinaison de plusieurs elements: la surprise du public face à une personnalité jusque-là inconnue; l'identification du personnage à un champ considéré comme non-politique; la difference, réelle ou supposée, entre le reste de la classe politique et l'*outsider*. (GOIRAND, 2006, p.12)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup>“Mais freqüente, a posição de *outsider* repousa sobre a combinação de vários elementos: a surpresa do público face a uma personalidade até então desconhecida; a identificação do personagem a um campo considerado como não-político; a diferença, real ou suposta, entre o resto da classe política e o *outsider*.” (Tradução minha).

Goirand (2006) aponta quatro fatores institucionalizados no Brasil que reduzem a importância das legendas nas campanhas eleitorais. Primeiro, os modelos de escrutínios, por exemplo, a lista aberta no Parlamento, que valorizam o individualismo; as “dobradinhas” não controladas pelos partidos, entre candidatos considerados carismáticos que catapultam de maneira recíproca suas candidaturas; a infidelidade partidária sem danos aos políticos movediços; e, por fim, o modo de financiamento das campanhas, as quais têm suas prestações de conta deixadas inteiramente na responsabilidade dos políticos.

Assim, falta na vida política nacional a figura do *outsider*, isso porque, como salienta, em outra passagem, Goirand (2006):

Plutôt que l'exception, la position d'outsider finit par devenir la règle ! Mener une campagne personnalisé ne permet à aucun candidat de se démarquer des autres, ce qui explique que la figure de l'outsider demeure absent du paysage politique brésilien... ou trop banale pour être présentée come telle. (GOIRAND, 2006, p.28)<sup>15</sup>.

Desse modo, o personalismo, que na ótica de Mainwaring e Torcal (2005) deve ser combatido, estaria instalado nas entranhas da democracia brasileira. O personalismo não leva a corrupção, mas pode misturar interesse privado com interesse público quando gere recursos. A democracia alicerçada nos partidos é mais segura no sentido de assegurar que as regras do jogo não sejam alteradas pelas vontades pessoais.

A estabilidade limitada de sistemas partidários menos institucionalizados e o fraco conteúdo programático/ideológico que as siglas dos partidos oferecem nesses contextos reduzem os elementos informativos que esses sistemas oferecem aos eleitores, por sua vez, dificultando a racionalidade e diminuindo o potencial para uma *accountability* eleitoral baseada em uma avaliação racional de políticos, governos e líderes. (MAINWARING; TORCAL, 2005, p.276).

---

<sup>15</sup> “Mais que a exceção, a posição de outsider termina por tornar-se a regra! Conduzir uma campanha personalizada não permite a nenhum candidato se distinguir dos outros, isto explica que a figura de outsider permanece ausente da paisagem política brasileira... ou mais banal por ser apresentada como tal.” (Tradução minha).

A diferença ficou constatada entre o carisma de Daniel Bordignon, com de seus colegas de legenda pelo índice de volatilidade eleitoral. Aponta também que o nosso sistema partidário, tão criticado, esta dentro dos padrões de regularidade democrática.

### **3.5. Avaliação de Desempenho Eleitoral**

Um meio de comparação da força política, pautada na característica personalista de um candidato, é perceber se existe uma discrepância no seu percentual de votos em relação à votação da própria bancada partidária na mesma eleição. Quase como uma gangorra, essa avaliação pode indicar assimetria de apoio popular da sigla no Parlamento e no Governo, como mostrar uma horizontalidade nas expectativas de sucesso nos âmbitos legislativo e executivo. André Marenco (2009) já utilizou esse comparativo da votação majoritária em oposição à votação da coalizão eleitoral para analisar resultados das eleições municipais de 2008 em Porto Alegre, mais especificamente, a questão de voto mais personalista de uma das concorrentes a Prefeitura<sup>16</sup>.

A ocorrência de oscilações de sufrágios nas duas esferas, Legislativa e Executiva, demonstra parcialmente que há um diferencial do líder personalista ao cargo Executivo que é desvinculada da legenda. Ou decorre, ainda, que seu capital pessoal de sufrágios transmita uma espécie de apoio a bancada, pela transferência de avaliação positiva, se há um acréscimo de votos da sigla comparado com a eleição anterior.

Quando há estabilidade, durante os pleitos dos votos da bancada, é aproximado supor que exista uma indiferença quanto ao escolhido, na eleição majoritária, interferir na eleição proporcional, por ser consolidado nas intenções gerais permanecer premiando os representantes dos grupos ideológicos afins do eleitor mediano. “Diferenças expressivas nas votações registradas por candidatos majoritários e os votos de sua coalizão eleitoral legislativa dão a medida sobre que atributos pessoais do candidato fizeram a diferença, para que ele obtivesse votos muito além do tamanho de sua base partidária.” (MARENCO, 2009, p.73).

---

<sup>16</sup> Trata-se do potencial de Manuela D’Avila do PC do B *puxar* a votação da sua bancada pela sua identificação como maior protagonista da sigla.

Assim, no quadro 4, aparecem detalhes sobre as votações dos candidatos a prefeitura de Porto Alegre do PT em relação a votação da coalizão eleitoral<sup>17</sup> (os aliados que fazem parte da coligação que disputou os pleitos). Excetuando o ano de 1988, quando teve candidatura isolada, nas outras eleições os aliados preferenciais foram partidos pequenos de esquerda.

**Quadro 4** Comparativo de voto pessoal versus votação da bancada (1988-2004)

<b>Candidato</b>	<b>Eleição</b>	<b>Votos Válidos (1º Turno%)</b>	<b>Votação Coalizão Eleitoral</b>
Olívio Dutra	1988	34,34	7,2
Tarso Genro	1992	40,76	21,2
Raul Pont	1996	53,71	27,1
Tarso Genro	2000	48,72	19,3
Raul Pont	2004	37,62	30,69

Fonte: TSE-RS, dados processados pelo autor.

Acima, percebemos que nas votações petistas, incluídas as de 2004, existem pouca flutuação da votação proporcional da bancada partidária com a votação majoritária, coincidindo o estágio de crescimento de sufrágios da base partidária com o sucesso eleitoral, em primeiro turno, de Raul Pont em 1996. No período distante do poder, a partir das eleições de 2004, o crescimento da bancada petista não estanca, ao contrário, tem um crescimento que indica a independência de uma esfera perante a outra, no que tange a viabilidade eleitoral, separada de intercâmbio. Se levarmos em conta o Partido dos Trabalhadores, isolado de suas coligações desde o ano de 1988 até 2008, veremos disparidades entre o passado e o presente de sua capacidade de maximização de votos na capital.

Assim, a comparação entre os votos obtidos pelos candidatos majoritários do PT e seu desempenho na competição proporcional para a Câmara Municipal oferece pistas para se mensurar a dimensão de um eleitorado *flutuante* conquistado pelo PT ao longo do período de domínio eleitoral, e tornado rarefeito nas eleições de 2008: 11,2% (1988), 16,4% (1992), 12% (1996), 15,3% (2000), 12,8% (2004) e apenas 3,7% (2008). (MARENCO, 2009, p.75).

<sup>17</sup> Coligações do PT com outras legendas: 1988(candidatura solo); 1992 (Coligação PT/PPS/PSB/PV/PC); 1996 (Coligação PT/PCB/PPS); e 2000 (Coligação PT/PCB/PSB/PC do B).

Resta-nos ainda discorrer sobre desempenho eleitoral no município da região metropolitana na fase anterior as suas gestões sucessivas e também enquanto esteve no poder. Existindo oscilações no número de sufrágios, concedidos a bancada partidária, inferimos que possa ser derivado de uma transferência de avaliação positiva do político carismático que aumentaria os assentos disponíveis para sua bancada. A seguir no quadro 5, observamos as votações de 1992 a 2008 em Gravataí.

**Quadro 5** Comparativo de voto pessoal versus votação da bancada (1992-2008)

<b>Candidato</b>	<b>Eleição</b>	<b>Votos Válidos (1º Turno%)</b>	<b>Votação Coalizão Eleitoral</b>
Daniel Bordignon	1992	20,8	13,32
Daniel Bordignon	1996	39,38	16,24
Daniel Bordignon	2000	62,02	24
Sergio Stasinski	2004	47,21	29,61
Rita Sanco	2008	47	17,6

Fonte: TSE-RS, dados processados pelo autor

Os resultados indicam concomitância entre crescimento da base partidária e sucesso dos candidatos eleitos no escrutínio majoritário. O salto de adesão partidária, de 1992 a 2004, mostra que os anos administrados pelo candidato Daniel Bordignon catapultaram na localidade a sigla petista, concretizado completamente na eleição de seu sucessor, em 2004, onde se atingiu o maior patamar de apoio a base petista na Câmara de Vereadores. Quando estava na oposição, o PT era minoritário no Parlamento.

Após as eleições de 1996, começou a ascensão da legenda com mais cadeiras no Legislativo local. Contudo, mesmo com os resultados satisfatórios de vitória para Prefeitura até 2008, há um decréscimo acentuado de perda de apoio eleitoral no último pleito vitorioso da legenda.

A explicação para a queda de votação, na disputa ao cargo de prefeito, estaria num fato circunstancial da contenda de 2008, onde houve troca de candidatos da legenda as vésperas do dia da votação: a saída de Daniel Bordignon, o líder carismático, e a entrada na briga da vice quase desconhecida, Rita Sanco. Como a substituição de nomes foi na semana da eleição não surtiu

efeito nas urnas. Numericamente, parece claro que se o candidato personalista fosse mantido, os resultados de votação seriam outros. “Na opinião dos eleitores, portanto, a confiança pessoal que o candidato inspira é um critério de escolha mais adequado do que o exame dos projetos para o futuro.” (MANIN, 1997, p.26).

Enfim, o *accountability* do mandato carece de questionar pautas pela imprevisibilidade das definições diárias do governante as quais ele está sujeito nos acontecimentos que permeiam a vida política. Bernard Manin sustenta que ações prometidas e cumpridas são essenciais aos eleitores do que objetivos inalcançáveis.

Os eleitores mantêm o poder fundamental, que sempre tiveram no governo representativo, de destituir os representantes quando seus mandatos terminam. Hoje é especialmente difícil avaliar os políticos levando em conta suas plataformas, mas é perfeitamente viável julgá-los mediante a análise de sua folha de serviços. (MANIN, 1995, p.26).

#### 4. CONCLUSÕES

Consideramos como a provável explicação da questão principal sobre a manutenção de gestões do PT, em uma cidade comparada com outra, o voto retrospectivo. O Partido dos Trabalhadores enfrenta o peso da personalização na política brasileira, quando assume uma posição mais pragmática, nos acordos de espaços no governo, com partidos distantes do seu espectro ideológico. Isso pode resultar na dissipação da visão, de inúmeros autores, do *status* ímpar do partido como ideológico no cenário nacional e lhe conferir uma semelhança aos demais.

É visto que o sistema eleitoral brasileiro favorece investidas personalistas amparados pela fraca ligação entre legendas e representados, propiciando que líderes carismáticos substituam os partidos como reguladores da disputa política. A imunidade a esse fenômeno permitiu ao PT porto-alegrense seu estabelecimento consecutivo na Prefeitura, durante 16 anos, devido ao significativo caráter partidário de seus expoentes em contraste com seus colegas de sigla, da cidade de Gravataí, onde verificamos um viés personalista, interligado com a questão partidária, para a longa duração do PT nesse município. Alguns fatores se sobressaem na fixação de formas contrapostas de permanência do PT nas cidades analisadas.

A ausência de reeleição impedia projetos particulares em detrimento de interesses partidários que estão acima dos políticos. Eles tornam-se, neste caso, ferramentas para o intento de apoderar-se dos recursos públicos, para a perpetuação de um grupo político. Aberta a possibilidade de reeleger-se aumenta a força do líder, se possui carisma, para sua liderança frente à legenda dispondo de meios próprios para trilhar, vários anos, no controle do aparato estatal.

O regime eleitoral afeta os discursos e as estratégias que os políticos devem executar para conseguir chegar ao poder. O modelo de um só turno restringe o número de concorrentes ao cargo. A regra de maioria simples permite que aquele sem a metade do contingente eleitoral saia vencedor sem necessitar outro pleito. Nessa lógica conta possuir atributos pessoais que confirmam a vitória ao vínculo estreito entre o representante e os representados.

Inversamente, quando há dois turnos aumentam os incentivos para os partidos disputarem logo que temos duas vagas para a segunda rodada. Na

primeira etapa, os partidos utilizam propostas, pautas, coligações, etc. para aproximar o eleitor de suas idéias, e assim, pleitear uma vaga posterior.

Sedimentados os combatentes, interessa cativar seu projeto no imaginário da população a fim de continuar com a vantagem adquirida na primeira volta, ou tentar uma ultrapassagem final, recolhendo os votos dos perdedores na rodada inicial.

Os municípios apresentam conformidade com os preceitos de Duverger (1970) quanto a favorecer o bipartidarismo efetivo em turno único, e aumentar o número de legendas quando há dois turnos.

O grau de institucionalização continua sendo um medidor útil da regularidade da competição partidária. A alta volatilidade possui relação com voto personalista. Se a eliminação do personalismo, benéfica para a democracia pela prevenção de possíveis autoritarismos conforme a visão dos autores, traria uma estabilidade ao sistema, nota-se que as cidades estudadas caminham para essa regularidade.

Outra solução seria mexer nas regras eleitorais, ou seja, uma reforma política, que acentue a participação dos partidos na responsabilização dos seus membros, em casos de irregularidade, para o eleitor não depender apenas da justiça eleitoral. No momento, as punições infligidas aos corruptos atingem somente de forma individual os perpetuadores de delitos. Ainda faltam instrumentos punitivos, dentro das instituições, que desabonem intenções ilícitas dos políticos e que atinjam também os partidos. Os custos de cometer ilegalidades são baixos em comparação às penas impostas.

O desempenho eleitoral dos políticos nos municípios, comparado a sua bancada partidária, indica que eles caminham de maneira separada enquanto ocorre o pleito, ou seja, dinâmicas distintas.

Concluindo, enquanto tivemos uma manutenção em Porto Alegre do PT pelo teor retrospectivo ideológico, na cidade de Gravataí, observou-se que a decisão do eleitor pendeu a uma interconexão de teor retrospectivo personalista (quando havia o líder carismático), e um teor ideológico, com a ausência deste personalismo, para a duração consecutiva do Partido dos Trabalhadores no poder.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto. **A Cabeça do Eleitor**: Estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008.
- CARDARELLO, Antonio. **La reelección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos**. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- GOIRAND, Camille. *L'outsider, figure introuvable? Partis et individualisation de la politique au Brésil. Problèmes D'Amérique Latine*. Numéro 59, Paris, Hiver 2005-2006.
- HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política. IN: PALMEIRA, Moacyr; BARREIRA Cesar (Orgs). **Política no Brasil: Visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em novas democracias – o caso do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. IN: **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº2, Outubro, 2005.
- MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 10, nº29, 1995.
- \_\_\_\_\_; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e Representação. **Lua Nova Nº67**. São Paulo, pp.105-138, 2006.
- MARENCO, André. Notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre. IN: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (Orgs). **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí, Editora Unijuí, 2009.
- MORLINO, Leonardo. *Problemas y opciones en la comparación*. In: \_\_\_\_\_; SARTORI, Giovanni (Orgs.). **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- NICOLAU, Jairo. Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, Sept. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 25/11/2011.
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability Horizontal e Novas Poliarquias*. IN: **Lua Nova**, São Paulo nº44 – 1998.

PONT, Raul. O papel dos governos petistas no projeto partidário. IN: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. (Orgs). **Governo e Cidadania**: Balanços e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

RENNO, Lucio R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 260-282, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200002&lng=en&nrm=iso). Acessado em 15/09/2011.

SARTORI, Giovanni. *Comparación y explicación*. In: \_\_\_\_\_; MORLINO, Leonardo (Orgs.). **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.